

ED. 57 | ANO II | 07/07 A 21/07/2021

LEGISSEMAS

BOLETIM DE NORMAS E LEGISLAÇÕES

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE



Editorial

Carta ao Leitor

Nesta 57ª edição do LEGIS SEMAS, a nível nacional destacamos a Lei nº 14.182 de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), uma vez que tem sido alvo de discussões constitucionais nos últimos tempos. Merece a devida atenção, a Lei nº 14.187 de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a covid-19 no Brasil, possibilitando avanço na vacinação em face da pandemia da Covid-19.

A nível estadual, realçamos a Lei nº 9.288, de 19 de julho de 2021, a qual declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Estudos para Desenvolvimento de Tecnologias para a Amazônia (NAMAZÔNIA). Outro destaque foi a abertura do Edital de Chamamento Público SEMAS nº 01/2021, que convoca, até 09 de agosto do corrente ano, as representações do Poder Público Municipal, das Organizações Cíveis legalmente constituídas e dos usuários de recursos hídricos a habilitarem-se para o próximo mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

No Fique de Olho, trazemos um relevante evento que trata sobre a litigância ecológica, o I Congresso Internacional Litigância Ecológica e Climática | III Congresso Internacional da Rede Just Side: Geoinformação, Justiça Territorial e Ecológica, propagando conteúdo ambiental aos juristas interessados na área.

E, enfim, no NEL Indica, sugerimos o E-book “Impactos da reforma administrativa na Gestão Ambiental”, pertinente à conjuntura de reformas administrativas brasileiras que podem impactar a gestão ambiental e, por isso, devida atenção a esses manuais devem receber prestígio.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenação - NEL



Núcleo de Estudos Legislativos - NEL

Apresentação do Legis Semas:

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL), que tem a responsabilidade institucional de divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas e alterações legislativas ambientais e administrativas, periodicamente, com o objetivo de fornecer uma maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e nacional.

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Responsável: Camila Veloso.

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado.

Email: nel.semas@gmail.com

Projeto Visual e Diagramação: Ascom/Semas

Fotos: Ascom/Semas e Agência Pará

O que é NEL?

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas para subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas e alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz

Consultora jurídica e Coordenadora

Andressa Dourado R. S. de Carvalho

Advogada

Debora Emmylly de Oliveira Arruda

Advogada

Camila Oliveira N. Veloso

Técnica em Gestão Pública - Administração

Raylon Roberto Alvarenga Álvares, Gabriel de Moraes e Marcus Seblamo
Estagiários

NORMAS FEDERAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 110. Acrescenta o art. 18-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994.

Publicado no DOU nº 130, de 13 de julho de 2021. (p. 5). [Clique aqui.](#)

LEI Nº 14.182, DE 12 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)

Publicado no DOU nº 130, de 13 de julho de 2021 (p. 3). [Clique aqui.](#)

LEI Nº 14.187, DE 15 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a covid-19 no Brasil.

Publicado no DOU nº 133, de 16 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui.](#)

DECRETO FEDERAL Nº 10.746, DE 9 DE JULHO DE 2021. Institui a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Materiais Avançados e o Comitê Gestor de Materiais Avançados.

Publicado no DOU nº 129, de 12 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui.](#)

DECRETO FEDERAL Nº 10.748, DE 16 DE JULHO DE 2021. Institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos.

Publicado no DOU nº 134, de 19 de julho de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.057, DE 6 DE JULHO DE 2021. Institui o Programa de Estímulo ao Crédito e dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias.

Publicado no DOU nº 126, de 07 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui.](#)

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021. I Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Publicado no DOU nº 127, de 08 de julho de 2021. (p. 76). [Clique aqui.](#)

INSTRUÇÃO NORMATIVA MTUR Nº 3/GM, DE 7 DE JULHO DE 2021. Estabelece normas e procedimentos para a gestão do Vale-Cultura, criado pelo Programa de Cultura do Trabalhador.

Publicado no DOU nº 128, de 09 de julho de 2021. (p. 175). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MI Nº 85, DE 6 DE JULHO DE 2021. Prorroga em caráter emergencial a validade dos certificados de pré-qualificação dos operadores portuários em decorrência da pandemia da COVID-19.

Publicado no DOU nº 126, de 07 de julho de 2021. (p. 475). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MME Nº 532, DE 5 DE JULHO DE 2021. Resolve divulgar, para Consulta Pública, propostas referentes às metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis de que trata o art. 6º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para o decênio de 2022 a 2031.

Publicado no DOU nº 126, de 07 de julho de 2021. (p. 489). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MDR Nº 1.369, DE 2 DE JULHO DE 2021. Estabelece as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional para os exercícios de 2022 e 2023, bem como para integração com a política de Incentivos Fiscais.

Publicado no DOU nº 126, de 07 de julho de 2021. (p. 426). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MDR Nº 1.375, DE 6 DE JULHO DE 2021. Altera a Portaria nº 2.652, de 11 de novembro de 2019, que institui o Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais no âmbito do Ministério do Desenvolvimento.

Publicado no DOU nº 126, de 07 de julho de 2021. (p. 429). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MTUR Nº 21, DE 7 DE JULHO DE 2021. Autoriza a implementação do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Publicado no DOU nº 127, de 08 de julho de 2021. (p. 159). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MMA Nº 295, DE 7 DE JULHO DE 2021. Autoriza a implementação do Programa de Gestão, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e entidades vinculadas.

Publicado no DOU nº 128, de 09 de julho de 2021. (p. 141). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MMA Nº 296, DE 7 DE JULHO DE 2021. Institui a Política de Governança do Ministério do Meio Ambiente - PG-MMA.

Publicado no DOU nº 128, de 09 de julho de 2021. (p. 142). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MC Nº 641, DE 9 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos municípios que recebem contingente de imigrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária agravada pela situação de Emergência em Saúde Pública decorrente do novo coronavírus, Covid-19.

Publicado no DOU nº 129, de 12 de julho de 2021. (p. 8). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MCTI Nº 4.964, DE 9 DE JULHO DE 2021. Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Programa de Inovação em Grafeno, denominado InovaGrafeno - MCTI, como um dos programas estratégicos e estruturantes da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN).

Publicado no DOU nº 129, de 12 de julho de 2021. (p. 8). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MS Nº 1.423, DE 8 DE JULHO DE 2021. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Eldorado dos Carajás - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

Publicado no DOU nº 129, de 12 de julho de 2021. (p. 15). [Clique aqui.](#)

PORTARIA GM/MS Nº 1.609, DE 14 DE JULHO DE 2021. Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros referentes às equipes de Saúde da Família Ribeirinha – eSFR.

Publicado no DOU nº 133, de 16 de julho de 2021. (p. 65). [Clique aqui.](#)

PORTARIA SPE /ME Nº 7.475, DE 28 DE JUNHO DE 2021. Institui o Prêmio SPE 2021 de Propostas de Políticas Econômicas.

Publicado no DOU nº 133, de 16 de julho de 2021. (p. 19). [Clique aqui.](#)

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 18, DE 16 DE JULHO DE 2021. Regulamenta o acordo de não persecução cível em matéria de improbidade administrativa no âmbito da Advocacia Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

Publicado no DOU nº 134, de 19 de julho de 2021. (p. 7). [Clique aqui.](#)

PORTARIA GM/MS Nº 1.609, DE 14 DE JULHO DE 2021. Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros referentes às equipes de Saúde da Família Ribeirinha – eSFR.

Publicado no DOU nº 133, de 16 de julho de 2021. (p. 65). [Clique aqui.](#)

PORTARIA SPE /ME Nº 7.475, DE 28 DE JUNHO DE 2021. Institui o Prêmio SPE 2021 de Propostas de Políticas Econômicas.

Publicado no DOU nº 133, de 16 de julho de 2021. (p. 19). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MC Nº 648, DE 16 DE JULHO DE 2021. Altera a Portaria nº 349/GM/MC, de 03 de abril de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, medidas de enfrentamento e prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério da Cidadania.

Publicado no DOU nº 135, de 20 de julho de 2021. (p. 8). [Clique aqui.](#)



Imagem meramente Ilustrativa/ ASCOM Semas

NORMAS ESTADUAIS

LEI ESTADUAL Nº 9.288, DE 19 DE JULHO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Estudos para Desenvolvimento de Tecnologias para a Amazônia (NAMAZÔNIA).

Publicado no DOE nº 34.645, de 21 de julho de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

LEI ESTADUAL Nº 9.291, DE 19 DE JULHO DE 2021. Altera a Lei Estadual nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34.645, de 21 de julho de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

DECRETO ESTADUAL Nº 800, DE 31 DE MAIO DE 2020*. Regulamenta a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, de declaração de bens e valores, bem como sua atualização anual, e dispõe sobre a sindicância patrimonial, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Publicado no DOE nº 34.637, de 13 de julho de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

DECRETO ESTADUAL Nº 1.712, DE 12 DE JULHO DE 2021. Altera o Decreto Estadual nº 93, de 9 de maio de 2019, que regulamenta o Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI/PA), criado pela Lei Estadual nº 8.611, de 3 de abril de 2018.

Publicado no DOE nº 34.624, de 29 de junho de 2021 (p. 7). [Clique aqui.](#)

DECRETO ESTADUAL Nº 1.714, DE 12 DE JULHO DE 2021. Altera o Decreto Estadual de 06 de dezembro de 2005, que institui o Conselho do Agronegócio e dá outras providências.

Publicado no DOE nº 34.637, de 13 de julho de 2021. (p. 16). [Clique aqui.](#)

DECRETO ESTADUAL Nº 1.715, DE 12 DE JULHO DE 2021. Institui a Estratégia Estadual de Disseminação de “Modelagem da Informação da Construção” (Building Information Modelling - BIM), para difundir e fomentar a utilização do padrão BIM no Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34.637, de 13 de julho de 2021. (p. 16). [Clique aqui.](#)

PORTARIA Nº 1.132/2021-CCG, 14 DE JULHO DE 2021. Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver as ações necessárias para realização do Fórum Mundial de Bioeconomia Circular, no âmbito do Governo do Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34.640, de 15 de julho de 2021. (p. 5). [Clique aqui.](#)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMAS Nº 01/2021. O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CERH) no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.381, de 25 de julho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 1.556, de 08 de junho de 2016, alterado pelo Decreto nº 1.495, de 20 de abril de 2021, convoca as representações do Poder Público Municipal, das Organizações Cívicas legalmente constituídas e dos usuários de recursos hídricos a habilitarem-se para o próximo mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Publicado no DOE nº 34.643, de 19 de julho de 2021. (p. 33). [Clique aqui.](#)



FIQUE DE OLHO



I Congresso Internacional Litigância Ecológica e Climática | III Congresso Internacional da Rede Just Side: Geoinformação, Justiça Territorial e Ecológica. Trazendo o conteúdo contencioso, isto é, da litigância em pauta, o I Congresso Internacional Litigância Ecológica e Climática traz a temática como principal norte para seu evento ao tratar dos conflitos referentes ao nicho ecológico que reverberam no mundo jurídico, ocorrendo nos dias 17 e 18 de novembro. Na mesma toada, tão bem como o III Congresso Internacional da Rede Just Side: Geoinformação, Justiça Territorial e Ecológica com o objetivo de tratar de trâmites geológicos do espaço ecológico dialogando com a justiça territorial, ocorrendo no dia 19 de novembro. O evento é gratuito.

NEL INDICA



E-book “Impactos da reforma administrativa na Gestão Ambiental”. A presente obra objetiva refletir acerca de indagações quanto à situação atual da gestão ambiental brasileira e como a atual reforma administrativa influirá nas condicionantes da gestão ambiental. No e-book é possível buscar as respostas para tais questionamentos quando a obra resgata fontes legítimas que dão crédito à discussão em voga, recorrendo à uma pesquisa metodológica semiestruturada em entrevistar lideranças de associações de servidores públicos e com especialistas do meio-ambiente. O e-book está disponível online e não é oneroso, sendo grátis para aquisição e leitura.

SECRETARIA DE
**MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE**



Curta e siga nossas redes sociais



/ SEMASPARA

Visite nosso site

www.semas.pa.gov.br